

**QUEM TEM FOME TEM PRESSA: A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DE PÓS-PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

Viviane Neve Fialho Pedagogia e IC UERJ/FFP

Maria Tereza Goudard Tavares-UERJ/PPGedu

I- A EDUCAÇÃO INFANTIL EM SÃO GONÇALO NO CONTEXTO DE PÓS PANDEMIA DA COVID-19

O presente trabalho, resultante de uma pesquisa em desenvolvimento, realizada no âmbito de um projeto de Iniciação Científica objetiva compreender a Educação Infantil gonçalense no contexto pós-pandêmico, levando em consideração o caráter transdisciplinar e complexo que a tríade infância, cidade e escola mobiliza no campo das relações entre Direitos, Políticas e Desigualdades (Leher, 2023) no país. Assim, ao pensarmos os estudos e pesquisas realizadas pelo Grupo de pesquisa Infâncias, Formação de Professores/as e Diversidade Cultural (GIFORDIC) na temporalidade de quase duas décadas de estudos e pesquisas na cidade de São Gonçalo/RJ, torna-se importante destacar a ênfase dada às relações entre educação da(s) Infância(s) e o direito à cidade, no qual procuramos dilatar a escala do lugar, do território vivido como um campo privilegiado de estudos e pesquisas acerca dos fatores macro e microssociológicos que tensionam a questão dos direitos de crianças pequenas à Educação Infantil, bem como o direito de serem acolhidas e protegidas como *recém-chegadas* em São Gonçalo, cidade com mais de um milhão de habitantes, localizada no Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro(Tavares, 2019). Do ponto de vista teórico-metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho participativo, fundamentado em procedimentos tais como, entrevistas, análise documental e de políticas públicas implementadas no Município. Nesse sentido, a dimensão política epistêmica de investigar a cidade de São Gonçalo, tomando-a como densidade analítica e compreensiva de processos educativos de crianças pequenas, nos leva a um diálogo com Santos (1994) que, em sua formulação teórica a respeito de sua *epistemologia existencial*, nos instiga a realizar o exercício de estudar o que cada lugar tem de singular, de específico, de diferente e original, visando compreender como os sujeitos agem e produzem modos de vida, relações e práticas sociais, dentre elas o direito à educação e à cidade ( Tavares, 2016). Vale afirmar que o avanço na oferta quantitativa da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica em São Gonçalo, não foi capaz de expandir a quantidade de matrículas na rede pública, nem foi capaz de superar a dualidade quantidade-qualidade como uma das expressões da *inclusão degradada* (Leher, 2023) de crianças de 0 a 6 anos, das classes populares no equipamentos educacionais, creches e pré-escolas disponíveis, especialmente no período de 2016 a 2022, de intensos retrocessos políticos, econômicos e sociais, bem como às eleições de 2018, que demarcaram o retorno do conservadorismo e a retirada dos direitos sociais, somados a profunda crise sociossanitária da pandemia da Covid-19 no país. Deste modo, reafirmado principalmente, o nosso diálogo com obras de Paulo Freire e Milton Santos, ressaltamos que delimitar um campo de estudos e suas possíveis configurações e interseções não é uma tarefa fácil, requerendo uma razoável capacidade político-epistemológica para focar questões mais candentes da temática investigada.

Para a estruturação mais geral do artigo, optamos por enfocar algumas questões que dizem respeito à tríade infância, cidade e escola em tempos de pós-pandemia da Covid-19, dialogando, principalmente, com o trabalho de Iniciação Científica de Fialho (2023), que vem aprofundando o direito à alimentação escolar das crianças de 0 a 5 anos no município de São Gonçalo, a partir de um *mergulho* na questão da alimentação escolar em Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIS) na cidade, sobretudo a partir de um diálogo com a equipe de Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo, buscando investigar e problematizar alguns elementos referentes à questão da alimentação escolar no período de pandemia e pós pandemia e seus impactos no desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos no município.

*II-QUEM TEM FOME TEM PRESSA*: O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM SÃO GONÇALO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos e de garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequada (Dhana). É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado criado com o propósito de contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis das crianças.

A alimentação escolar é definida de acordo com as etapas atendidas através dos cardápios. Cada faixa etária tem o seu cardápio organizado pela Secretaria de educação através de uma nutricionista chamada R.T. (responsável técnica), após ser feito é apresentado ao CAE - Conselho de Alimentação Escolar e o mesmo fiscaliza junto às Unidades Escolares. Historicamente, a merenda escolar tem um papel fundamental para garantir a segurança alimentar de crianças em situação de vulnerabilidade social. Existem crianças que vão para a escola, principalmente, por causa da merenda escolar, tendo em vista a pobreza extrema de suas famílias (Fialho, 2023)**.**

No ano de 2020, com o início da pandemia de Covid-19 e a suspensão do ensino presencial, a prefeitura de São Gonçalo entregou kits-alimentação, no valor de R$39,10, para atender as necessidades dos alunos durante o período de aulas remotas. No entanto, houve a tentativa de substituir o kit-alimentação por um cartão-alimentação para dar mais praticidade à ação. Apesar disso, mães com filhos matriculados na rede municipal enfrentaram dificuldades para ter acesso ao dinheiro. Além do atraso, nos casos de alunos que são irmãos, a prefeitura depositou o valor referente a apenas uma criança. A qualidade nutricional dos kits/ cestas de alimentação não estavam de acordo com o que preconiza o PNAE, não distribuíam os alimentos de forma regular, com qualidade e a todos os estudantes, além de ter suspendido a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar. Segundo falas de famílias ao jornal O SÃO GONÇALO (2021), relatam que o kit-alimentação tem poucos itens, mas ajudou bastante, durante o período de isolamento social, já que as coisas ficaram muito caras, principalmente a alimentação nossa do dia a dia, como arroz, feijão e o óleo. “Na escola, antes da pandemia, era oferecida uma alimentação variada e, após a pandemia, recebemos uma cesta com poucos alimentos” (fala de uma das mães ao Jornal O São Gonçalo (2021).

No período de pós-pandemia com o retorno das aulas e oferta integral das refeições, a Secretaria de Educação observou através de visitas escolares e conversa com diretores das unidades escolares, que as crianças estavam comendo bastante, repetiam as merendas, retornavam com *fome de comida*. Nesse sentido, a SME/SG atua de acordo com a realidade de consumo da comunidade local, não sendo proibido ao aluno repetir refeições, e desde 2006 os professores também foram incluídos como atores do PNAE, ou seja, é permitido que os/as professores/as se alimentem nas escolas, inclusive junto às crianças para a formação de bons hábitos alimentares como estratégia pedagógica. A crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19, e de como a garantia do acesso à alimentação escolar durante o isolamento social foi fundamental no momento de maior vulnerabilidade social é primordial para pensar no desafio da construção de uma outra postura epistemológica, problematizando a discussão sobre a própria natureza da alimentação escolar, sobre a própria natureza da cultura e da sociedade, reaproximando a tradição humanista, que coloca a questão da vida, da dignidade e dos direitos humanos em primeiro lugar. A merenda escolar, com seus múltiplos signos, pode ser cotidianamente *conteúdo alfabetizado*r para os sujeitos escolares - “nas cozinhas, luta-se contra o tempo, o tempo desta vida que sempre caminha para a morte. A arte de nutrir tem a ver com a arte de amar, portanto também com a arte de morrer” ( Giard, 2000, p, 233).

III-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas Gerais, partimos do pressuposto de que os inúmeros impactos objetivos e subjetivos da Pandemia da COVID-19 ainda se refletem nos diferentes modos de educabilidade de crianças, (Tavares, 2020). Nesse sentido, discutir “Alimentação Escolar” na atualidade é, no mínimo, desafiador tendo em vista a variedade de abordagens possíveis sobre a temática. No momento em que enfrentamos a maior situação de fome das últimas décadas, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, realizado em dezembro de 2021 mostrou que 19,1 milhões de brasileiros, ou 9% da população, estava em situação de insegurança alimentar grave, uma condição análoga à fome. No estado do Rio de Janeiro, a fome quadruplicou no período de 2018 a 2022, sendo que 15,9 por cento da população fluminense encontrava-se em situação de insegurança alimentar grave.

Diante do exposto, defendemos que a educação alimentar é uma política que deve ser amplamente empregada durante o ano letivo nas escolas, em especial nas unidades públicas de ensino, tendo em vista que o direito à alimentação é um ato revolucionário desde a pequena infância. As práticas alimentares, são terrenos fecundos para as múltiplas aprendizagens, além de nutrição biológica, aprende-se no refeitório, sobretudo, a cuidar e ser cuidado, especialmente quando se têm um projeto de humanização como horizonte educativo desde a pequena infância. Desse modo, o período de pandemia e pós-pandemia, suscitou a abertura de outras possibilidades de reflexão para compreender e problematizar as especificidades do que significa a alimentação escolar, sobretudo em territórios de vida atravessados pelas desigualdades sociais.

Referências:

BOFF, L*. Saber cuidar.* Petropólis, RJ: Vozes, 2001.

BRASIL DE FATO, 2020. RJ: STF suspende decisão que obrigava rede pública a o**ferecer merenda na pandemia. Direitos Humanos.** Disponível em: Acesso em: 08dez. 2020.COLARES. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0103- 73312020300407.

FIALHO, Viviane. Relatório PIBIC/UERJ, Semic/ Uerj, 2023

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LEHER, Roberto et al. Novas possibilidades históricas para a democracia e para a educação pública. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. e271371, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico Nacional.** IBGE, 2023.

MAYOL, Pierre; CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. A Invenção do Cotidiano. Petrópolis: Vozes, 2000. (V.2 – Morar, cozinhar).

O SÃO GONÇALO. **Mães reclamam de atraso no cartão alimentação de alunos da rede municipal SG.** 22 de abril. 2021. Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/geral/106524/maes-reclamam-de-atraso-no-cartao-alimentacao-de-alunos-da-rede-municipal-de-sg>

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1996.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Os pequenos e a cidade: O Papel da Escola na construção de uma alfabetização cidadã. 2003. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

TAVARES, M. T. G., de LIMA PESSANHA, F. N., & MACEDO, N. A. (2021). **Impactos da pandemia de covid-19 na educação infantil em São Gonçalo/**RJ. *Zero-a-seis*, *23*, 77-100.

TAVARES, M.T.G. **A Infância e a Cidade: investigando componentes territoriais de processos formativos de crianças na cidade de São Gonçalo.** Projeto de Pesquisa Pibic -UERJ/FAPERJ, Rio de Janeiro, 2016.